



REBENA

Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 7, 2023, p. 132 - 142

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

A Educação Quilombola e o novo ensino médio

Quilombola Education and the new secondary education

Francivalda da Silva Davis¹ Jacyguara Costa Pinto² George Crelson Soares Avinte³
Kalyne Pantoja Veras⁴ Natanael Quadro da Rocha⁵ Sílvia Helena Neves Barbosa⁶

Submetido: 29/07/2023 Aprovado: 07/08/2023 Publicação: 09/08/2023

RESUMO

O presente estudo explana sobre as estratégias de enfrentamento ao adoecimento docente nas escolas municipais de Manaus – AM no ano de 2018. A pesquisa foi aplicada com enfoque quantitativa através de enquetes com nível descritivo. O instrumento utilizado foi a escala Toulousiana de Coping (ETCA), com amostra intencional formado por grupos de 350 professores, de um total de 361 docentes das escolas Municipais de Manaus. Estes professores foram afastados por licença por razões de adoecimento. De acordo com o objetivo principal deste estudo: Determinar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos docentes das escolas da rede municipal de Manaus – AM, no combate ao adoecimento docente, os professores utilizam, em grande parte de maneira adequada as estratégias de enfrentamento do mal-estar, tanto, o de controle, recusa, conversão, suporte social e distração. Porém, foi observado um número pequeno, mas importante, que não estão fazendo uso suficiente das estratégias de enfrentamento e talvez isso cause atraso na recuperação completa da saúde dos mesmos.

Palavras-chave: Adoecimento, Estratégias de controle, de Recusa, conversão, suporte social, distração.

ABSTRACT

The present study explains about the strategies for coping with teacher illness in the municipal schools of Manaus - AM in the year 2018". The research was applied with a quantitative focus through surveys with a descriptive level. The instrument used was the Toulousian Coping Scale (ETCA), with an intentional sample formed by groups of 350 teachers, out of a total of 361 teachers from municipal schools in Manaus. These professors were on leave of absence due to illness. According to the main objective of this study: To determine the coping strategies used by teachers in the municipal schools of Manaus - AM, in the fight against teacher illness, teachers use, in a large part in an adequate way, coping strategies for illness. being, so much, that of control, refusal, conversion, social support and distraction. However, a small but important number was observed who are not making enough use of coping strategies and perhaps this causes a delay in the complete recovery of their health.

Keywords: Illness, Control Strategies, Refusal, conversion, social support, distraction.

¹ Mestranda em Ciências da Educação - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. francisdavis@hotmail.com

² Doutor em Ciências da Educação - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. jacyguaracosta@gmail.com

³ Mestre em Ciências da Educação - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. professorjc70@gmail.com

⁴ Mestranda em Ciências da Educação - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. kalyne.veras@hotmail.com

⁵ Mestrando em Ciências da Educação- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. naelderocha@gmail.com

⁶ Doutora em Ciências da Educação- Universidad de la Integración de las Américas –PY silviapinheiro2@yahoo.com.br

1. Introdução

O "novo ensino médio" refere-se à nova reforma do ensino médio no Brasil, que visava trazer mudanças significativas no currículo e na estrutura do ensino médio do país. Os principais pontos do "novo ensino médio" são a flexibilidade, aumentando a flexibilidade no currículo, permitindo que os alunos escolhessem áreas específicas de interesse e tivessem mais controle sobre suas trajetórias de aprendizagem; o Núcleo Comum e Áreas Eletivas, cujo currículo foi dividido em um núcleo comum, que inclui disciplinas fundamentais como Português, Matemática e Inglês, e áreas eletivas, onde os alunos podem escolher entre diferentes áreas como Ciências Naturais, Ciências Sociais, Línguas, Artes, ou Educação Profissional e Técnica.

A reforma visava fortalecer as opções de educação profissional e técnica para melhor preparar os alunos para o mercado de trabalho. O "novo ensino médio" pretende promover uma abordagem de aprendizagem mais prática e prática, permitindo que os alunos conectem o conhecimento teórico com as aplicações do mundo real. A reforma também considerou a expansão da educação em tempo integral nas escolas públicas para proporcionar uma experiência de aprendizagem mais abrangente.

No contexto da reforma do "Novo Ensino Médio", é fundamental considerar como essa mudança educacional impacta os alunos das comunidades quilombolas. Garantir seu acesso a uma educação de qualidade que respeite sua herança cultural e aborde seus desafios únicos é crucial para promover a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Esforços devem ser feitos para envolver as comunidades quilombolas no desenvolvimento e implementação de políticas educacionais que os afetem diretamente. Essa abordagem pode ajudar a garantir que a reforma do "Novo Ensino Médio" leve em consideração suas necessidades específicas, respeite sua identidade cultural e promova um sistema educacional mais inclusivo e equitativo. Nesse aspecto, esse trabalho tem o objetivo geral de investigar a proposta da educação quilombola no "Novo ensino médio". Como objetivos específicos são elencados: identificar os princípios da Educação Quilombola; investigar a proposta de Educação Quilombola no novo ensino médio.

2. Princípios da Educação Quilombola

No "Novo Ensino Médio", a pluralidade cultural da educação quilombola deve ser reconhecida no espaço escolar, face à diversidade encontrada no contato com os outros e este multiculturalismo bem reconhecido irá ser observado além da identidade cultural, será também a formação de uma experiência social que apoia a tolerância e a diversidade de forma justa.

É preciso ressaltar a importância de se refletir sobre a forma como esse tema é trabalhado em sala de aula, onde, na ausência de orientação, a escola desenvolve o que acredita ser correto.

Assim, a educação deve, em seu programa de ensino, incluir o conhecimento da cultura e suas práticas existentes na sociedade e tudo isso é legal e é por meio da educação que se tem a possibilidade de se reconhecer em sua identidade cultural, bem como contemplar a diversidade que nos cerca (SILVA; KRAWCZYK. 2016).

Os princípios da educação quilombola são fundamentais para o desenvolvimento de um ensino que valorize e respeite a cultura, história, tradições e conhecimentos específicos das comunidades quilombolas. Esses princípios buscam assegurar a igualdade, a inclusão e a preservação da identidade dessas comunidades, promovendo uma educação que reflita suas realidades e necessidades. Alguns dos princípios da educação quilombola são:

Pertencimento e identidade cultural: Reconhecimento e valorização da cultura, história e identidade específica das comunidades quilombolas, promovendo a autoestima e o fortalecimento da identidade étnico-racial. (SILVA; KRAWCZYK. 2016).

Interdisciplinaridade contextualizada: Valorização dos conhecimentos tradicionais e das práticas culturais locais, integrando-os ao currículo escolar e às atividades pedagógicas, conectando o aprendizado à realidade da comunidade.

Interculturalidade: Promoção do diálogo entre a cultura quilombola e outras culturas, permitindo a troca de saberes e a valorização da diversidade cultural.

Territorialidade: Reconhecimento do território como espaço de aprendizagem e produção de conhecimento, considerando a relação ancestral entre o povo quilombola e o ambiente onde vive.

Educação para a cidadania e protagonismo: Estímulo à participação ativa dos quilombolas na construção e gestão da educação, permitindo o protagonismo dos estudantes em suas trajetórias educacionais.

Respeito à oralidade e saberes tradicionais: Valorização da transmissão oral de conhecimentos, preservando a memória e as tradições da comunidade quilombola.

Educação emancipatória e antirracista: Combate ao racismo estrutural e promoção de uma educação que desconstrua estereótipos e preconceitos, visando à emancipação dos indivíduos e à promoção da igualdade racial.

Educação ambiental: Valorização e preservação do meio ambiente, em consonância com a relação harmoniosa e sustentável que as comunidades quilombolas têm com a natureza.

Valorização dos saberes locais: Reconhecimento e valorização dos conhecimentos produzidos nas comunidades quilombolas, promovendo uma educação que esteja relacionada à sua realidade e aos seus modos de vida.

Esses princípios norteiam a implementação de uma educação quilombola que respeita os direitos e a cultura dessas comunidades, permitindo o desenvolvimento de práticas educacionais

mais inclusivas e justas para os estudantes quilombolas. Vale destacar que, devido à diversidade cultural presente entre as diversas comunidades quilombolas no Brasil, pode haver variações nas abordagens educacionais conforme cada contexto local. (SILVA; KRAWCZYK. 2016).

No que diz respeito ao pertencimento e a identidade cultural quilombola são conceitos essenciais para compreender a experiência e a vivência das comunidades quilombolas no Brasil. As comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais que possuem uma relação histórica com a resistência à escravidão, e mantêm até hoje uma forte ligação com seus territórios tradicionais, suas práticas culturais e suas tradições. (SILVA; KRAWCZYK. 2016).

O pertencimento refere-se ao sentimento de pertencer a uma determinada comunidade ou grupo. Para as comunidades quilombolas, o pertencimento está associado à ideia de fazer parte de uma história comum, de compartilhar uma ancestralidade, de se reconhecer como herdeiro de uma luta coletiva e de se identificar com a cultura e os valores dessa comunidade específica.

Uma identidade cultural quilombola abrange as características culturais, históricas e sociais que diferenciam essas comunidades de outras. Isso inclui seus costumes, tradições, línguas, práticas religiosas, técnicas de produção, formas de organização social e outras manifestações culturais que foram preservadas e transmitidas ao longo das gerações.

As comunidades quilombolas têm uma relação muito forte com a terra e o território que ocupam historicamente. Muitas dessas comunidades foram formadas por ex-escravos que buscaram refúgio em áreas rurais e se estabeleceram nessas terras. Ao longo dos anos, essas comunidades mantiveram suas práticas culturais e desenvolveram uma relação de profundo respeito e conhecimento com o ambiente em que vivem.

No Brasil, a Constituição de 1988 reconhece a importância dessas comunidades e de suas terras, garantindo-lhes o direito à propriedade sobre seus territórios tradicionais. Além disso, a Constituição assegura a proteção e a preservação de suas manifestações culturais.

No entanto, apesar desse reconhecimento legal, as comunidades quilombolas ainda enfrentam muitos desafios, como a luta pela titulação de suas terras, o preconceito e a discriminação racial, e a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação de qualidade. A valorização do pertencimento e da identidade cultural quilombola é fundamental para promover a justiça social, o respeito aos direitos humanos e o fortalecimento dessas comunidades.

Conforme Lima (2020) corroborando com esse conceito, é possível concluir que o preconceito é uma atitude hostil e se dirige a um indivíduo por causa do seu pertencimento social. O preconceito enquanto atitude possui uma dimensão cognitiva, que está relacionada com os estereótipos. Os estereótipos são estruturas cognitivas (esquemas), que contém nossos

conhecimentos e expectativas sobre os grupos humanos e seus membros, e que muitas vezes determinam nossos juízos e avaliações sobre eles.

Conforme esclarece Fonseca e Pestana (2013), a intolerância enquanto um fenômeno social vinculado à cultura de massa e de extermínio tem diversos momentos na história da civilização humana, particularmente nas incontáveis guerras e conflitos que a humanidade contabiliza, seja no plano da realidade cotidiana, seja no plano da ficção.

No mesmo olhar, Passos (2017) assevera que essa intolerância possui um fundamento, ou seja, o de uma verdade sobre a qual se assenta a doutrina, o preconceito ou a ideologia que rejeita o valor do outro ou o próprio outro. Esse fundamento é entendido como verdade absoluta (que não admite discussão e se impõe como norma inquestionável), como unidade (que rejeita as diversidades e não aceita ser interpretada de maneiras distintas), como imutabilidade (que nega as mudanças e se apresenta como verdade eterna que “sempre foi assim”) e como ordem (que condena a desobediência e opera como regra única e segura).

A intolerância descansa sobre esse fundamento e fornece a convicção a seus defensores; não tolerar significa, portanto, afirmar positivamente uma verdade segura que defende a si mesma, negando tudo o que dela difere ou que venha ameaçar a sua vigência hegemônica. O fundamento fornece a justificativa inquestionável, em nome de uma lei natural, de uma revelação divina, de uma ordem superior na forma de lei ou, ainda, de uma tradição interiorizada como regra identitária rígida e imutável (PASSOS, 2017).

A intolerância é, nesse sentido, a defesa consciente ou não de uma verdade primeira assumida como eterna que dispensa a verificação de seu conteúdo e a crítica de suas origens. É a ideia verdadeira assumida como valor que antecede as pessoas concretas, doutrina e lei que goza de supremacia sobre vida e as relações reais entre as diversidades e as mutações que caracterizam a vida biológica e social (PASSOS, 2017).

Ribeiro e Nogueira (2020, p. 58) explicam a intolerância:

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político – os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica.

A postura intolerante não nasce por geração espontânea e nem subsiste como uma convicção isolada, ainda que possa ser uma opção ou atitude individual. Mesmo que assim subsista, como no caso de certos preconceitos, não constitui igualmente uma atitude politicamente neutra e sem consequências éticas. Pelo contrário: trata-se de uma atitude socialmente reprovada como negadora de uma ética fundamental da convivência humana.

Essa intolerância nega a alteridade como realidade ontológica, política e ética a partir da qual a sociedade moderna constrói seus parâmetros de convivência nos mais diversos aspectos. Pode se manifestar de diversas maneiras, como atitude reproduzida na forma de preconceito mais ou menos diluído na sociedade atual, como um “valor” inconsciente de indivíduos e grupos; como ideologia arraigada em discursos que são igualmente reproduzidos, muitas vezes em nome da ciência e da lei; e como militância política, presente em grupos organizados de cunho religioso, partidário e propriamente político (PASSOS, 2017).

2.1. Novo Ensino Médio e educação quilombola

Dentre as competências enumeradas para a Educação Básica "o compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva". (RIBEIRO, 2016). Nesse âmbito, as atividades direcionadas para o Novo Ensino Médio deverão ser, minuciosamente, planejadas e elaboradas, respeitando-se a necessidade de cada estudante, além de sua faixa etária. Sendo assim, as atividades deverão ser realizadas com entusiasmo e descontração. (RIBEIRO, 2016).

Deve-se pensar na conquista da igualdade social na escola, deve consistir em proporcionar, a todas as crianças e jovens, em condições iguais, o acesso aos conhecimentos da ciência, da cultura e da arte, bem como o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e a formação da cidadania (PINTO & NUNES, 2022, p.261).

Nesse sentido, nas escolas públicas, é fator inegociável a construção de uma sociedade melhor. Só assim a educação pode se tornar uma ferramenta eficaz para compreender e respeitar as diferenças. A diversidade cultural no Brasil é um dos aspectos anunciados nos documentos oficiais e educacionais que devem ser trabalhados nas escolas públicas, com o objetivo de formar cidadãos multiculturais e combater a discriminação, o preconceito, a exclusão e a perseguição às minorias presentes na sociedade. Tal esforço é fundamental, pois o Estado brasileiro tornou-se laico, e a laicidade, condizente com a liberdade de expressão. (RIBEIRO, 2016).

[...] se a constituição do conhecimento é um processo sócio-histórico, do ponto de vista cultural, científico e tecnológico, o Ensino Médio caracteriza-se como uma oportunidade em que inúmeros conhecimentos correlacionam-se com os saberes sistemáticos, de maneira recíproca, produzindo aprendizagens socialmente significativas para cada indivíduo (DOS SANTOS SILVA & PONTES, 2023, p.8908).

É fundamental garantir que a comunidade escolar incorpore em suas reflexões educacionais a diversidade cultural presente na sociedade. Isso é necessário para a construção de

uma escola democrática e mais inclusiva, aberta à convivência com as diversas locuções culturais, mobilizando movimentos para a afirmação da identidade dos diversos grupos existentes no país. (RIBEIRO, 2016).

O Novo Ensino Médio é uma reforma educacional integrada no Brasil que busca tornar o currículo mais flexível, integrado e às necessidades e interesses dos estudantes. Essa proposta visa a formação integral dos alunos, preparando-os para o mundo do trabalho, para o exercício da cidadania e para o prosseguimento dos estudos no ensino superior. (RIBEIRO, 2016).

No cerne dessa questão, a nova BNCC (2017) orienta que os currículos das instituições escolares sejam atualizados e reformulados a fim de atender as necessidades de uma sociedade que vive em constante transição que coloca o professor diariamente em conflito estimulando-o na busca de conhecimento. Daí a importância de se ter um currículo flexível e contextualizado, tendo o professor a autonomia no ato de avaliar, sendo que,

o currículo flexível e contextualizado, com a superação da concepção de conhecimento como produto pronto, acabado, verdadeiro e universal e emergência da concepção que o ver como processo, tendo uma natureza contingente, gera-se uma discussão pedagógica que leva a um novo entendimento de constituição de currículo (SILVA, 2004, p.40).

Outro fator já mencionado antes é a tomada de consciência por parte dos educadores ao avaliar, procurando buscar inúmeras possibilidades e utilizar diversos mecanismos – daí a importância de ser um pesquisador – para conduzir a avaliação da melhor forma possível, de acordo com a realidade e o contexto que o aluno está inserido, pois “ser atrevido é uma marca do professor; indignar-se com a realidade opressora e tecer superações é característica do ser docente” (SILVA, 2004, p.17).

Diante desses pressupostos é que Silva (2004), propõe que a educação que se apresenta na sociedade atual necessita ser formativa – reguladora, tendo a escola como princípios básicos a educabilidade, pedagogia diferenciada, (pesquisa como princípio do trabalho pedagógico, centralidade nas aprendizagens significativas, escola como locus de aprendizagens, de multiplicidade cultural, de tensão e aberta a mudanças, currículo flexível e contextualizado, projeto político pedagógico como elemento articulador e orientador da prática pedagógica e acima de tudo compromisso social).

O Novo Ensino Médio é uma reforma educacional integrada no Brasil que busca tornar o currículo mais flexível, integrado e às necessidades e interesses dos estudantes. Essa proposta visa a formação integral dos alunos, preparando-os para o mundo do trabalho, para o exercício da cidadania e para o prosseguimento dos estudos no ensino superior. De acordo com Junckes (2016) as principais características da proposta de ensino no Novo Ensino Médio incluem:

Base Nacional Comum Curricular (BNCC): A BNCC define os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes devem adquirir ao longo do Ensino Médio,

garantindo uma formação comum a todos. Essa base abrange componentes curriculares como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, além de Língua Estrangeira e Educação Física. (JUNCKES, 2016).

Itinerários Formativos: O currículo é organizado em roteiros formativos, que possibilitam que o aluno escolha áreas de aprofundamento de acordo com seus interesses, vocações e projetos de vida. Esses itinerários podem envolver áreas como Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional. (JUNCKES, 2016).

Ensino Híbrido e Competências: O Novo Ensino Médio valoriza o desenvolvimento de competências e habilidades, além do conhecimento teórico. O ensino híbrido, que combina atividades presenciais e à distância, é estimulado para diversificar as práticas pedagógicas e tornar o aprendizado mais significativo. (JUNCKES, 2016).

Projeto de Vida: O estudante é incentivado a construir um projeto de vida, que consiste em refletir sobre seus objetivos pessoais e profissionais, identificar suas habilidades e interesses, e traçar planos para o futuro. O projeto de vida orienta as escolhas de itinerários formativos e a participação em atividades extracurriculares. (JUNCKES, 2016).

Educação Integral: A proposta também busca promover a educação integral, incluindo atividades artísticas, culturais, esportivas e de cidadania, que contribuem para o desenvolvimento integral dos alunos. (JUNCKES, 2016).

Avaliação Formativa: A avaliação é concebida como um processo contínuo e formativo, com o objetivo de acompanhar o progresso dos alunos, identificar dificuldades e ajustar as estratégias de ensino. É importante ressaltar que a implementação do Novo Ensino Médio exige uma série de mudanças nas escolas, formação de professores e recursos para viabilizar a oferta de diferentes roteiros formativos. Além disso, cada estado e município tem autonomia para adaptar a proposta à realidade local, desde que se mantenha a essência dos princípios utilizados. (JUNCKES, 2016).

Conforme Ribeiro (2016) o Novo Ensino Médio tem como objetivo proporcionar uma formação mais flexível e voltada para as necessidades e interesses dos estudantes, visando prepará-los para a continuidade dos estudos, para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania.

Uma das principais novidades do Novo Ensino Médio é a implementação dos Itinerários Formativos. Os Itinerários Formativos consistem em um conjunto de áreas de conhecimento ou cursos técnicos/profissionalizantes que os estudantes podem escolher para aprofundar seus estudos. (RIBEIRO, 2016). Essa abordagem busca oferecer uma educação mais personalizada,

permitindo que os alunos direcionem seus estudos de acordo com suas aptidões, interesses e projetos de vida.

As escolas passam a oferecer três tipos de Itinerários Formativos (RIBEIRO, 2016):

Itinerário Formativo Comum: Este itinerário abrange as disciplinas obrigatórias determinadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e busca garantir uma formação básica comum a todos os estudantes.

Itinerário Formativo Diversificado: neste, os estudantes podem escolher manter seus estudos em uma ou mais áreas de conhecimento de acordo com seus acompanhados. As áreas podem incluir ciências humanas, ciências da natureza, matemática, linguagens e suas tecnologias, entre outras.

Itinerário Formativo Técnico/Profissional: Este itinerário é direcionado para os estudantes que desejam se preparar diretamente para o mercado de trabalho. Ele inclui cursos técnicos ou profissionalizantes que possibilitam a aquisição de habilidades específicas em determinadas áreas profissionais (RIBEIRO, 2016).

Os Itinerários Formativos buscam promover uma educação mais significativa, incentivando a participação ativa dos alunos na escolha de seus estudos, tornando-os mais engajados e motivados com a aprendizagem. Além disso, o Novo Ensino Médio prevê a realização de atividades práticas, como inscrições, projetos, pesquisas e atividades extracurriculares, que criaram para uma formação mais completa e atendidas às demandas do mundo contemporâneo (RIBEIRO, 2016).

3. Considerações Finais

A Lei nº 13.415/2017 é uma legislação brasileira que ficou conhecida como a "Reforma do Ensino Médio". Ela foi sancionada em 16 de fevereiro de 2017, durante o governo do então presidente Michel Temer, e trouxe mudanças no currículo e na organização do ensino médio no Brasil.

A Reforma do Ensino Médio trouxe discussões e debates, com os críticos apontaram questões como a falta de infraestrutura adequada para a implementação das mudanças, a pouca participação dos alunos na elaboração da reforma e a preocupação com a qualidade do ensino. É importante ressaltar que a implementação da Lei nº 13.415/2017 depende de regulamentações e aprovação por parte das redes de ensino estadual e municipal, o que pode resultar em variações na sua aplicação em diferentes partes do país.

O currículo flexível introduzido pela Lei nº 13.415/2017 no Brasil traz diversos benefícios para alunos, educadores e sistema educacional como um todo. Algumas das principais vantagens de um currículo flexível são a oportunidade de adaptar a educação de acordo com seus

interesses, paixões e aspirações de carreira. Eles podem escolher disciplinas e itinerários que ressoam com eles, levando a uma experiência de aprendizado mais engajada e motivada.

Com isso, espera-se que futuras gerações possam construir uma sociedade ainda melhor e mais justa, livre de preconceitos, dotada de um sistema educacional que forme cidadãos críticos, conscientes, livres e comprometidos.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 10 de julho de 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Exposição de Motivos. Brasília, DF: Câmara dos deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaodemotivos-151127-pe.html>. Acesso em: 28 jul 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 set 2016. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1145, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 out 2016. Seção 1, p. 23-25.

DOS SANTOS SILVA, José Claudio; PONTES, Edel Alexandre Silva. O Ensino Médio Integrado e suas formas: conceitos e questionamentos. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 07, p. 8902-8917, 2023.

FONSECA, Dagoberto José; PESTANA, Maurício. **Tolerância Religiosa**. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2013, p. 102.

JUNCKES, Cris Regina Gambeta. **Educação integral, ampliação do tempo escolar e formação da criança: possíveis relações**. UFPR: XI Anped Sul, Curitiba, 2016.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **Psicologia Social do preconceito e do racismo**. São Paulo: Blucher Open

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 2. Ed. _ São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

PASSOS, João Décio. A intolerância religiosa: mecanismos e antídotos. São Paulo: **Revista REVER**, ano 17, n. 3. 2017, p. 11-27. p. 12.

PINTO, Jacyguara Costa; NUNES, Maria Regina. Planejamento educacional para o Ensino Médio no Brasil: um movimento de reformas. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 4, p. 255-264, 2022.

RIBEIRO, Djamila; NOGUEIRA, Sidnei (Coords.). **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020, p. 58.

RIBEIRO, Mônica. **A medida Provisória 746 e o Ensino Médio em migalhas**. Brasil de fato, Curitiba, p. 01, 15 out. 2016.

SILVA, Jassen Felipe da. **Avaliação na perspectiva formativa reguladora: pressupostos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

SILVA, Mônica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora. **Quem é e o que propõe o Projeto de Lei da reforma do Ensino Médio: entrevistando o Projeto de Lei 6.840/2013**. In: AZEVEDO, José Clóvis de; REIS, Jonas Tarcísio. org. Ensino médio: políticas e práticas. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2016